



ELEIÇÕES >> AdUFRJ

ENCARTE ESPECIAL • 27 de agosto de 2021 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

**AdUFRJ
ELEIÇÕES
13 A 15/09
PARTICIPE!**

PROGRAMA DAS CHAPAS

**RECADASTRAMENTO
ATUALIZE SEUS DADOS**

[HTTPS://CADASTRO.ADUFRJ.ORG.BR](https://cadastro.adufrj.org.br)



PROGRAMA DA CHAPA 1

CHAPA 1 – DOCENTES PELA DEMOCRACIA: EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA



JOÃO TORRES DE MELLO NETO
Presidente
Professor titular do Instituto de Física



MAYRA GOULART
1ª Vice-presidente
Professora adjunta do Departamento de Ciência Política do IFCS



RICARDO MEDRONHO
2º Vice-presidente
Professor Emérito da Escola de Química



ANA LÚCIA CUNHA FERNANDES
1ª Secretária
Professora associada da Faculdade de Educação



KARINE DA SILVA VERDOORN
2ª Secretária
Professora adjunta de Fisiologia Humana do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macacé



NEDIR DO ESPIRITO SANTO
1ª Tesoureira
Professora associada do Instituto de Matemática



ELEONORA KURTENBACH
2ª Tesoureira
Professora associada do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho

UNIVERSIDADE, ARTE, CULTURA E CIÊNCIA

Num dos piores momentos para a democracia brasileira, precisamos de uma representação identificada com a luta em defesa da educação e das instituições públicas, comprometida com a qualidade acadêmica. A chapa Docentes pela Democracia quer que a ADUFRJ continue à altura deste desafio histórico e, para isso, pede sua participação e seu voto!

FORA BOLSONARO!!!

A grande questão no Brasil atualmente é assegurar o funcionamento das instituições democráticas. O governo atual considera as universidades públicas como seu inimigo número um, na medida em que elas são um símbolo de inclusão e do pluralismo de ideias, ambos deturpados pela extrema direita que despreza o conhecimento, ataca a ciência e persegue os professores. O sindicato tem que se engajar na luta por uma educação de qualidade, laica e socialmente referenciada e que use a ciência como parâmetro de políticas públicas.

No contexto atual em que as instituições políticas e as conquistas sociais estabelecidas pela Carta de 1988 passam pela maior crise de sua história, desejamos ressaltar a importância da educação no desmonte dessa armadilha. O combate no plano político partidário é necessário, porém, nenhuma derrota eleitoral irá remediar de imediato as lesões causadas em um tecido social fraturado pelos interesses e afetos cáusticos ao pluralismo democrático e à ideia de solidariedade social. No tocante à tal recomposição, o desafio, portanto, não é apenas político; é social e pedagógico na medida em que o motor de propulsão desses afetos é cognitivo: o desconhecimento e a dificuldade de mobilizar o legado da modernidade. Tal legado diz respeito às ideias de laicidade, igualdade e liberdade, bem como a fé na ciência que ampara esses ideais. A Universidade Pública é um símbolo que reúne todos os elementos deste ideal. Defendê-la



é a primeira etapa nessa batalha, pois será a partir dela que iremos reconstruir uma sociedade efetivamente compatível com a democracia.

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE: AMPLIAÇÃO DO ACESSO

Apoiamos a criação de novos cursos, a expansão de vagas para estudantes, a realização de novos concursos para admissão de professores e servidores, a melhoria da infraestrutura, a permanência de alunos e discentes bolsistas.

COMBATE AO RACISMO E A TODA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO

Sempre fomos a favor das cotas. Apoiamos que a universidade tome medidas concretas para combater o racismo estrutural dentro da instituição, como vagas em concursos para cotistas e amplo debate com os coletivos negros e LGBTQIA+ que compõem nossa comunidade acadêmica.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E CARREIRA DOS NOVOS DOCENTES

Pretendemos estimular a sindicalização; lutar contra a falta de equipamentos, de salas e de recursos para pesquisa; denunciar a situação trabalhista mais precária em que se encontram, sobretudo os recém-concurados, em particular a inseguran-

ça quanto a direitos e deveres; reforçar o foco de atuação do jurídico da ADUFRJ em relação à carreira dos novos professores; propor atividades conjuntas com a Reitoria para implementar um programa de inserção desses docentes e ampliar a rede de convênios do sindicato, incluindo aqueles que possam proporcionar apoio psicológico aos docentes.

UMA ADUFRJ CADA VEZ MAIS DEMOCRÁTICA E PLURAL
A ADUFRJ é uma seção sindical que defende os direitos trabalhistas de uma categoria profissional, a dos docentes universitários, mas que guarda especificidades marcantes, justamente por ser uma associação de docentes universitários. Nesse sentido, é falaciosa e prejudicial à militância docente a postulação de uma oposição entre “docentes produtivistas” (preocupados com a produção acadêmica) e “docentes politicamente engajados” (voltados para o ativismo sindical). A ADUFRJ pode, como demonstrou na criação do Observatório do Conhecimento, ser o locus de debate e construção de uma visão ativa e ativa sobre o futuro da Universidade brasileira.

Vamos manter e reforçar a relação estabelecida com a SBPC e demais entidades científicas, estratégia adotada pelas últimas diretorias da ADUFRJ. A nossa

UNIVERSIDADE PÚBLICA: DEBATE E RESISTÊNCIA

A Universidade é, por excelência, o habitat do conhecimento. Aqui o conhecimento se produz e se renova, através da pesquisa e da explicitação das controvérsias. Aqui também são produzidos e transmitidos os múltiplos e diversos saberes. Aqui se estabelecem formas de interação com a sociedade, no intuito de responder, com as habilidades obtidas, algumas de suas demandas. Ensino, pesquisa e extensão constituem os pilares da instituição universitária, que só podem efetivamente ser concatenados em universidades públicas, dotadas, em princípio, de maior imunidade à captura por interesses privados.

TODA CIÊNCIA É HUMANA, A DEMOCRACIA CLAMA POR ACESSO

No bojo da crise econômica, po-

lítica e institucional que assola o país, a universidade, além de afetada, como todo o serviço público, pelos cortes de verbas e redução de pessoal, se encontra particularmente fragilizada por duas ameaças: o estancamento da produção científica, cultural e artística e o retrocesso democrático. A drástica limitação do financiamento à pesquisa compromete severamente a ciência e retarda o avanço do conhecimento em todas as áreas, aguça a falaciosa contraposição entre “exatas” e “humanas” e esvazia a universidade de suas funções. A democracia, por seu turno, se desidrata. Pois democracia é, principalmente, alargamento do acesso: acesso ao voto, à informação, a meios de contestação, a elegibilidades, a cargos públicos, a vagas no sistema educacional e à subsequente mobilidade social que ela proporciona.

JOÃO TORRES DE MELLO NETO

Presidente
Professor titular do Instituto de Física

MAYRA GOULART

1ª Vice-presidente
Professora adjunta do Departamento de Ciência Política do IFCS

RICARDO MEDRONHO

2º Vice-presidente
Professor Emérito da Escola de Química

ANA LÚCIA CUNHA FERNANDES

1ª Secretária
Professora associada da Faculdade de Educação

KARINE DA SILVA VERDOORN

2ª Secretária
Professora adjunta de Fisiologia Humana do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macacé

NEDIR DO ESPIRITO SANTO

1ª Tesoureira
Professora associada do Instituto de Matemática

ELEONORA KURTENBACH

2ª Tesoureira
Professora associada do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho

PROGRAMA DA CHAPA 2

CHAPA 2 – ESPERANÇAR: UNIVERSIDADE PÚBLICA E SINDICATO AUTÔNOMO, SIM!



CLÁUDIA LINO PICCINI
Presidente
Professora associada da Faculdade de Educação. Coordenadora do GT Trabalho e Formação de Professores do COLEMARX



FERNANDA MARIA DA COSTA VIEIRA
1ª Vice-presidente
Professora adjunta do Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos



CLEUSA SANTOS
2ª Vice-presidente
Professora titular aposentada da Escola de Serviço Social, ex-diretora da AdUFRJ



EDUARDO JOSÉ PEREIRA MAIA
1º Secretário
Professor adjunto do Instituto de Geociências, Diretor Adjunto de Graduação do IGEO



MAYA INBAR
2ª Secretária
Professora do setor de Artes Visuais do Colégio de Aplicação, carreira do ensino básico, técnico e tecnológico



JOSÉ HENRIQUE ERTAL SANGLARD
1º Tesoureira
Professor adjunto da Escola Politécnica, ex-diretor da AdUFRJ



LUIS EDUARDO ACOSTA
2º Tesoureira
Professor associado da Escola de Serviço Social, ex-diretor da AdUFRJ

As eleições para a nova diretoria da Adufrj-SSind para o biênio 2021-2023 ocorrem em um dos contextos mais difíceis para as universidades públicas brasileiras e para a UFRJ em particular. O colapso da plataforma Carlos Chagas do CNPq (Lattes) é apenas a ponta do iceberg oculto pela combinação das iniciativas da guerra cultural com o neoliberalismo autocrático que objetiva redefinir o lugar das instituições federais no Estado brasileiro.

As ingerências do governo Bolsonaro/Mourão na autonomia universitária, expressas pela nomeação de reitores ilegítimos que estão promovendo uma ruptura na Andifes, pela criminalização direta de professores por delito de opinião, e pela ingerência ilegal nas Procuradorias, exigem sólida unidade das comunidades universitárias e isso somente será possível com uma Adufrj-SSind que se referencie em toda categoria e que pratique a autonomia frente aos governos e às reitorias.

O Estado de Direito Democrático, já limitado e frágil, está sob permanente ameaça. Ao mesmo tempo, as mudanças no Estado com a reforma administrativa, o congelamento dos salários por mais de uma década e a conversão do Estado em um ‘Estado subsidiário’ - que atua somente nas esferas que não são de interesse do mercado - são medidas que, junto com a EC-95/2016, comprometem estruturalmente a possibilidade de existência das universidades federais e das instituições de ciência e tecnologia.

Por isso, a Chapa 2 ESPERANÇAR compreende que a Adufrj-SSind não pode ser conveniente com propostas que impliquem abrir negociações com o governo Bolsonaro/Mourão com o propósito de ceder os hospitais da UFRJ, seus docentes e técnicos administrativos à EBSERH.

Como todas as universidades federais, devemos estar unidos para impedir a consolidação do golpe e das políticas neofascistas no país: reconhecer a legitimidade republicana do governo Bolsonaro/Mourão não seria apenas um gesto imprudente. Trata-se de um governo que é inimigo das instituições públicas e que, com a contratualização da Ebserh, poderá indicar a direção dos nossos hospitais a partir do esquema mi-



Para saber mais: <https://www.chapa2esperancar.com/>

litar existente no governo federal. Ademais, a pactuação com o governo Bolsonaro/Mourão cindiria a categoria, desviando o foco das lutas democráticas de que o país necessita.

Este é mais um exemplo do caráter nefasto do abandono da autonomia da seção sindical frente à reitoria. O cenário de uma UFRJ dividida frente ao governo Bolsonaro/Mourão em virtude da radical incompreensão do que significam os fundamentos democráticos que devem sustentar uma seção sindical é desastroso e perigoso, inclusive pelo objetivo deste governo de aprovar uma reforma administrativa que amplia de modo inédito a ingerência presidencial no serviço público federal. O propósito destrutivo do governo Bolsonaro/Mourão possui expressão material. As Universidades Federais estão com um orçamento de custeio correspondente a 60% do existente em 2014 e a 8% dos recursos de investimentos verificados em 2014, confirmando que a ofensiva do governo federal nada tem de proclamatória. Ao apresentar o seu Programa, a chapa 2 - ESPERANÇAR: UNIVERSIDADE PÚBLICA E SINDICATO AUTÔNOMO, SIM! #elenão convida todas as professoras e todos professores da UFRJ a refletir sobre a gravíssima conjuntura e a avaliar a relevância de restabelecer o diálogo da seção sindical com o conjunto do Andes-SN, ao lado das entidades democráticas que zelam

pelos direitos humanos e sociais para que, juntos, possamos nos somar à cidadania democrática do país e enfrentar a política de destruição do governo Bolsonaro, praticando a unidade indispensável para assegurar a democracia e os direitos sociais no país.

A Universidade Pública é um precioso patrimônio da sociedade brasileira por sua importância na consolidação de um projeto democrático de Nação que se caracteriza pelo radical reconhecimento da igualdade formal e material de todas as cidadãs e de todos os cidadãos. Lutamos por uma universidade pública orientada por projetos civilizatórios que assegurem os direitos humanos, os direitos sociais e individuais, a liberdade de cátedra e de pensamento, a segurança referenciada no reconhecimento da dignidade humana, o desenvolvimento econômico e social, a igualdade e a justiça, como valores estratégicos constitutivos de uma sociedade contemporânea, fraterna, pluralista e sem preconceitos. Como professorado por educadores como Anísio Teixeira, defendemos a democratização real do acesso, por meio de cotas e outras ações afirmativas, assim como por meio da garantia de efetiva assistência estudantil, o que requer a transformação do PNAES em lei com definição orçamentária.

A democratização da universidade exige o fortalecimento de sua função social pública. Para

além da universalidade do acesso e da formação qualitativa e quantitativa de quadros competentes adequados às exigências da sociedade contemporânea, um dos maiores desafios da Universidade Pública no cenário da sociedade brasileira é desenvolver com o comprometimento orgânico de suas estruturas acadêmicas e administrativas, projetos sociais relevantes para os povos. Projetos capazes de contribuir para a resolutividade de problemas nacionais e locais inadiáveis, como a luta contra a miséria e a fome, e contra as distintas modalidades de exclusão, desigualdade de gênero e invisibilidade daqueles que não estão na condição cisheteronormativa ou na condição de carência socialmente estrutural.

O governo profascista, negacionista e genocida de Bolsonaro/Mourão despreza a democracia e o Estado de Direito Democrático ao destruir direitos trabalhistas (abrangendo as políticas de remuneração dos docentes e da classe trabalhadora) e políticas sociais de atenção à educação, ciência, saúde, previdência, ao meio ambiente, aos direitos humanos, especialmente das chamadas minorias, e ao disseminar a fome entre a população do país, em prol de uma política externa que renuncia à soberania nacional e de uma política econômica que amplia a transferência de renda da classe trabalhadora para os capitalistas que atuam na esfera financeira. O coronavírus desde que chegou ao país, expôs o desprezo e a crueldade deste governo e ceifou até o presente momento quase 600 mil vidas de brasileiros e brasileiras, em decorrência das políticas de liberação de propagação do vírus objetivando a dita imunidade coletiva, por falta de vacinas, leitos, oxigênio e medicamentos. Ademais, o governo aliou a Covid-19 à crise econômica e fez crescer a miséria e as desigualdades sociais.

A atual pauta educacional brasileira é caracterizada por metas e estratégias em prol da mercantilização, da privatização e do controle social e ideológico por meio da e na educação. Do ponto de vista da Educação Superior, as gestões do MEC caracterizaram-se por um ataque contínuo às Universidades Públicas, a docentes e pesquisadores, por diversas vias: notícias falsas, comentários desrespeitosos e

constantes ameaças de supressão de direitos e recursos orçamentários. Para isso, afrontam de modo vil a autonomia universitária, nomeando reitores ilegítimos, destituindo procuradores escolhidos pelas instituições, processando docentes por delitos de opinião e desmanchando o sistema de fomento à ciência e tecnologia. A liberdade de cátedra requer o fim da lista tríplice e a garantia de que reitores e reitorias possam ser escolhidos na forma dos estatutos das instituições.

Bolsonaro/Mourão e Guedes também encaminharam a PEC 32/2020 da Contrarreforma Administrativa que, caso seja aprovada, consolidará o desmonte das políticas sociais e do serviço público conquistados com muita luta na Constituição de 1988. A UNIVERSIDADE PÚBLICA e GRATUITA requer a liberdade acadêmica dos docentes no exercício do ensino e de ações de extensão nas suas diversas modalidades, bases epistemológicas em conformidade com o princípio constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e do padrão de qualidade socialmente referenciado. A intencionalidade deste governo é desestruturar os serviços públicos com impactos na estabilidade, nas carreiras, nos salários, previdência, pagamento de pessoal em caráter retroativo com congelamento da remuneração.

O governo está atuando diuturnamente para extinguir a autonomia universitária e inviabilizar a carreira dos servidores públicos por meio das contrarreformas administrativas, da previdência, da legislação trabalhista, erodindo as bases materiais e simbólicas das Universidades Públicas, que produzem mais de 90% da ciência brasileira.

Destacamos, ainda, a absurda retomada da cessão - que o TCU nominou solução empresarial - do Complexo Hospitalar da UFRJ à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Sabe-se que dos 50 hospitais de 35 universidades, 40 hospitais universitários federais de 32 universidades são geridos pela empresa, sem que isso acarretasse benefícios para a população usuária e trabalhadora destes HU. Movimentos de base de docentes, discentes e técnicos, do Fórum contra a privatização da saúde, o Andes-SN e seções

sindicais, repudiaram tal vinculação, tanto mais quando parte das ações de saúde e de ensino da UFRJ estarão sob o comando de um general que, no governo de Bolsonaro/Mourão, preside a EB-SERH. Militares, sob a Ditadura de 64, protagonizaram privatizações de empresas estatais e, a mesma UFRJ que descredenciou generais e militares os títulos que lhes foram concedidos durante a mesma ditadura, não pode oferecer a UFRJ ao comando de generais que nos impõem riscos de reprodução dos graves problemas que se assistiu no Ministério da Saúde.

A adoção da Ebserh na UFRJ foi seriamente combatida pela comunidade em 2013 e recentemente setores da alta administração de nossa universidade buscam implementá-la. Para nós, a Adufrj-SSind deve retomar a luta contra a adoção da Ebserh antes de tudo para impedir que parte importante da assistência à saúde, o ensino e a pesquisa sejam destituídas em sua autonomia e como política social. A escassez de verbas faz o serviço ter condições ruins e seduz ao desejo de melhoria, e a oferta feita para a melhoria é entregar o serviço ao invés de traçar um orçamento público compatível com a demanda.

A Adufrj-SSind deve estar à altura dos desafios do tempo presente. Tempos em que os genocidas e seus projetos devem ser combatidos tal como é a tradição do Andes-SN como sindicato autônomo e democrático, sem alinhamentos às políticas ditas pelo governo e com autonomia frente aos partidos e às reitorias para que o diálogo com as reitorias, movimentos e partidos possa ser efetivado a partir do posicionamento esclarecido e democrático do conjunto da categoria. A Adufrj-SSind deve atuar de forma decisiva - com estudantes, técnico-administrativos, entidades científicas e movimentos sociais do país - na defesa dos direitos sociais e da Universidade Pública, Gratuita e Socialmente Referenciada, com condições equânimes e dignas de trabalho e estudo.

Nos inspiramos no legado de Paulo Freire, que no dia 19 de setembro completaria 100 anos de vida. Patrono da educação brasileira, Freire corporifica a longa tradição de educadores comprometidos com a educação pública e popular e suas revolucionárias contribuições nos impele para enfrentar as adversidades e assimetrias evidenciadas nesta conjuntura e contribuir nas lutas emancipatórias dos povos e dos(as) trabalhadores(as) do mundo todo.

Por isso, defendemos o ESPERANÇAR de uma UNIVERSIDADE PÚBLICA gratuita, laica, de qualidade, não mercantilista e socialmente referenciada e de um SINDICATO AUTÔNOMO.

Neste sentido, a chapa 2 UNIVERSIDADE PÚBLICA E SINDICATO AUTÔNOMO, SIM! #ele não propõe os seguintes eixos de atuação da Diretoria, nomeados a seguir.

1. POLÍTICAS SINDICAIS LOCAL E GERAL

- Fortalecer a democracia interna e participação dos docentes nas instâncias da seção sindical: assembleias deliberativas (multi-campi), conselho de representantes, reuniões de unidades e grupos de trabalho locais;
- Construir um sindicato forte, combativo, classista, autônomo

com relação aos governos, à administração da UFRJ (reitoria, decanias e diretorias das unidades) e aos partidos políticos, comprometido com as lutas e com a defesa dos direitos conquistados pela categoria docente e pelos demais trabalhadores do país;

- Convocar regularmente a Assembleia Geral, precedida de reuniões dos docentes nas unidades acadêmicas e do Conselho de Representantes, com o objetivo de se estabelecer a formulação de propostas e construção da pauta da Assembleia Geral, incluindo na mesma as reivindicações apresentadas pelos docentes. Este processo pressupõe que, sem a participação e a mobilização da categoria, nenhuma proposta, por mais bem intencionada, elaborada e defendida, terá chance de êxito;
- Reunir a Assembleia Geral de forma remota, telepresencial, enquanto permanecerem as restrições de circulação decorrentes do enfrentamento à pandemia da Covid-19, procurando aperfeiçoar os meios técnicos empregados para tal, a fim de ampliar o nível de participação dos docentes e garantir a transparência e a lisura das deliberações tomadas;
- Reunir a Assembleia Geral de forma presencial simultaneamente em vários locais, pelo menos no Fundão, na Praia Vermelha e em Macaé, com coordenação centralizada num deles, viabilizando a participação na reunião de docentes dos vários campi e unidades isoladas da UFRJ, após a vacinação da comunidade acadêmica e em consonância com todas as normas de segurança sanitária quando cessarem as restrições relativas à pandemia;
- Encaminhar as votações da Assembleia Geral a partir dos debates feitos nas unidades acadêmicas, no Conselho de Representantes e durante a própria reunião, afastando a possibilidade dessas votações se tornarem meros referendos de decisões já tomadas;
- Cumprir rigorosamente as deliberações da Assembleia Geral, sejam elas favoráveis ou contrárias às propostas da Diretoria;
- Promover ações para a participação dos/as sindicalizados/as aposentados/as da seção sindical nas atividades políticas, sociais, culturais e reivindicativas da Adufrj-SSind;
- Recuperar o papel do jornal da Adufrj-SSind como instrumento de comunicação sindical crítica e investir na publicação de uma revista da seção sindical de alto padrão de qualidade gráfica e de conteúdo;
- Construir pauta de luta local: contra o assédio moral, o assédio sexual, o capacitismo e a discriminação étnico-racial e de gênero, e a favor de condições adequadas de trabalho, de segurança nos campi, de simplificação da burocracia no acesso a direitos como aposentadoria, licença, afastamentos, licença por doença, promoção e progressão na carreira docente;
- Realizar plenárias com a participação de outros segmentos da UFRJ e entidades representativas da UFRJ (DCE, APG, SINTUFRJ e ATTUFRJ), com o objetivo de unificar pautas de lutas em comum;
- Defender a liberdade sindical para todas as organizações de trabalhadores, especialmente para os/as trabalhadores/as das empresas terceirizadas da UFRJ;
- Viabilizar a criação de uma sede sindical própria com auditório,

espaço gastronômico e a implementação de salas multifuncionais com estruturas inclusivas e acessíveis, para a realização de assembleias, cursos, exposições, eventos sociais e culturais e atividades de lazer;

- Defender a carreira docente e o regime de dedicação exclusiva (DE), na perspectiva da proposta de carreira de professor federal do Andes-SN;
- Lutar contra a precarização do trabalho dos docentes por meio de discussões e repúdio a quaisquer contratações na modalidade de prestação de serviço ou de temporário ou de tutores de cursos on line, em substituição a contratação efetiva de docentes por concurso público;
- Articular os encaminhamentos aprovados localmente nas Assembleias Gerais da Adufrj-SSind com as ações regionais e nacionais provenientes do sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior (Andes-SN) e nas instâncias dos demais movimentos sociais, tanto internos quanto externos à UFRJ, na perspectiva do fortalecimento do potencial político e da unidade de ação, considerando-os elementos indispensáveis para a defesa dos direitos dos docentes e dos demais trabalhadores;
- Trazer as questões debatidas nos espaços nacionais do Andes-SN para os espaços locais da UFRJ e para a Assembleia Geral, efetivando a participação no Andes-SN dos filiados à Adufrj-SSind, por meio de um processo de retroalimentação;
- Realizar atos políticos-culturais e construir junto com a Secretaria Regional do Andes-SN e as seções sindicais do Rio de Janeiro, o Primeiro Festival de Arte, Cultura e Comunicação;
- Retomar na Adufrj-SSind os grupos de trabalho temáticos, em consonância com os existentes no Andes-SN que têm como objetivo produzir, apresentar e divulgar análises sobre as diversas políticas e dimensões do Sindicato;
- Fortalecer a participação dos docentes nas instâncias do Andes-SN: congressos, Conad, reunião dos setores, grupos de trabalho, comissões, seminários, cursos, dentre outros;
- Realizar e participar de cursos de formação político-sindical no Andes-SN, com as secretarias regionais e as seções sindicais do Rio de Janeiro, com o objetivo de estabelecer parcerias com movimentos sociais (como por exemplo, a Escola Florestan Fernandes) e promover publicações sobre a realidade social com editoras interessadas no debate político cultural crítico.

2. POLÍTICA EDUCACIONAL UNIVERSITÁRIA

- Defender a universidade pública, gratuita, laica, inclusiva e popular;
- Defender uma política pública institucional de Extensão Universitária tendo como pilares a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, a interdisciplinaridade, a interação dialógica dos saberes acadêmicos e populares e o fortalecimento da participação protagonista dos estudantes de graduação e pós-graduação da UFRJ. Cabe ressaltar que a gratuidade das atividades de Extensão Universitária e a publicização dos seus resultados com apropriação pela sociedade brasileira são princípios inegociáveis;

- Promover a construção dos Encontros Nacionais de Educação como espaço amplo e plural de luta alicerçada na formulação de uma política educacional democrática, classista e popular;

- Organizar plenárias com a participação das entidades estaduais e regionais da educação para a realização do IV Encontro Nacional de Educação programado pela CONEDP;
- Defender as condições de trabalho, a carreira docente e salário digno, a recomposição orçamentária da UFRJ e a articulação permanente com as propostas oriundas da categoria docente;
- Defender a ampliação dos cursos docentes para a carreira do ensino superior e, em especial, para a carreira EBBT que conta com apenas 4 professoras para a Educação Infantil;
- Combater os projetos da privatização da universidade: NÃO ao Future-se, NÃO à Ebserh, NÃO ao Viva-UFRJ, NÃO ao REUNI DIGITAL;
- Lutar contra qualquer processo de contratação da Ebserh para comandar as gestões da rede de hospitais universitários da UFRJ;
- Combater a privatização de áreas da UFRJ através do projeto Viva-UFRJ. Neste sentido, exigimos da administração superior da UFRJ o cumprimento da Lei de acesso à Informação, a transparência por meio da emissão de relatórios e o restabelecimento do processo efetivo de participação democrática da comunidade universitária e de setores da sociedade que sofrerão o impacto desta proposta;
- Defender a função social da universidade reafirmando a política de extensão universitária com os demais setores da sociedade, as políticas públicas universitárias de assistência estudantil e de acesso e permanência dos estudantes (cotas sociais, cotas para pessoas com deficiência e étnico-racial), a inclusão nos currículos de graduação e pós-graduação de conteúdos contextualizados sobre racismo, feminismo, diversidade sexual, capacitismo, colonização e crítica ao eurocentrismo;
- Defender políticas públicas de Ciência e Tecnologia que atendam às necessidades do desenvolvimento social e não aos interesses do mercado e do capital;
- Lutar de forma incansável por mais recursos orçamentários públicos para a assistência estudantil, a pesquisa, a extensão e o ensino;
- Combater a adoção de cursos pagos na UFRJ;
- Planejar o retorno às aulas presenciais de forma unitária com os outros segmentos da comunidade acadêmica da UFRJ com observância a todos os protocolos de segurança sanitária e em debates estendidos a toda a comunidade universitária;
- Promover a articulação com os movimentos latino-americanos e africanos em defesa da cultura, educação, ciência e geração de conhecimentos;
- Lutar contra os projetos de “escola sem partido”, na perspectiva da defesa da laicidade e da liberdade de cátedra;
- Lutar contra o Projeto de Lei 5595/2020, votado pelos deputados e deputadas comprometidos(as) com as políticas genocidas do governo federal, cujo objetivo é pressionar professoras e professores da Educação Básica e do Ensino Superior a retornarem para as atividades presen-

ciais colocando-os(as) em maior risco de morte por COVID-19;

- Combater a proposta prevista no Reuni Digital de ampliação de vagas exclusivamente de forma digital;
- Lutar contra o REUNI DIGITAL, projeto do MEC que propõe a criação de uma Universidade Digital e já está sendo implementado abertamente em Instituições Federais de Ensino (IFES);
- Rejeitar a proposta de Educação Domiciliar (homeschooling) já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e veiculada pelo MEC e pelo Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos.
- Lutar contra os prejuízos psíquicos, físicos e materiais causados pelo trabalho remoto que atingem a saúde de todos os docentes e principalmente das docentes que também são responsáveis por extensas jornadas de cuidado no âmbito da reprodução social da vida familiar, com reforço ao GT de Parentalidade e equidade de gênero;
- Construir encontros de mulheres sindicalizadas para identificar possíveis formas de opressão presentes no processo de trabalho e políticas efetivas por condições de igualdade - a partir de desiguais condições de vida e de jornada de trabalho postas às mulheres - no trabalho e no desenvolvimento da carreira docente/pesquisadora.
- Reforçar a luta conjunta dos movimentos sociais, estudantes e sindicatos pelo Fora Bolsonaro/Mourão.

3. POLÍTICA GERAL

- Defesa dos direitos e liberdades democráticas;
- Defender um projeto de educação pública, gratuita, democrática, laica e com financiamento público, lutando pela liberdade de cátedra, de ensino e de pensamento;
- Defender a previdência social pública e informar os novos docentes dos riscos da filiação a FUNPRESP;
- Lutar de forma unificada com os demais movimentos sindicais e sociais contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e pela revogação da Emenda Constitucional No 95 (novo regime fiscal) que estabelece um teto para os gastos públicos e resistir aos sucessivos cortes orçamentários e contingenciamentos impostos pelo governo Bolsonaro-Mourão;
- Promover e participar da reorganização da classe trabalhadora, em ampla unidade, na construção do Fórum sindical, popular e de juventudes, de luta por direitos e pelas liberdades democráticas e de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT);
- Debater o papel fundamental da luta feminina pela democracia e por memória, verdade, justiça e reparação;
- Lutar contra o fascismo e o negacionismo, derrotando o governo Bolsonaro-Mourão;
- Intensificar atividades e ações de solidariedade de classe que contribuam para o enfrentamento da fome no país, exacerbada nessa situação de pandemia;
- Intensificar a luta para a revogação da Emenda Constitucional 95/2016 e resistir aos sucessivos cortes orçamentários e posteriores contingenciamentos do governo Bolsonaro-Mourão e dos governos estaduais e municipais.